

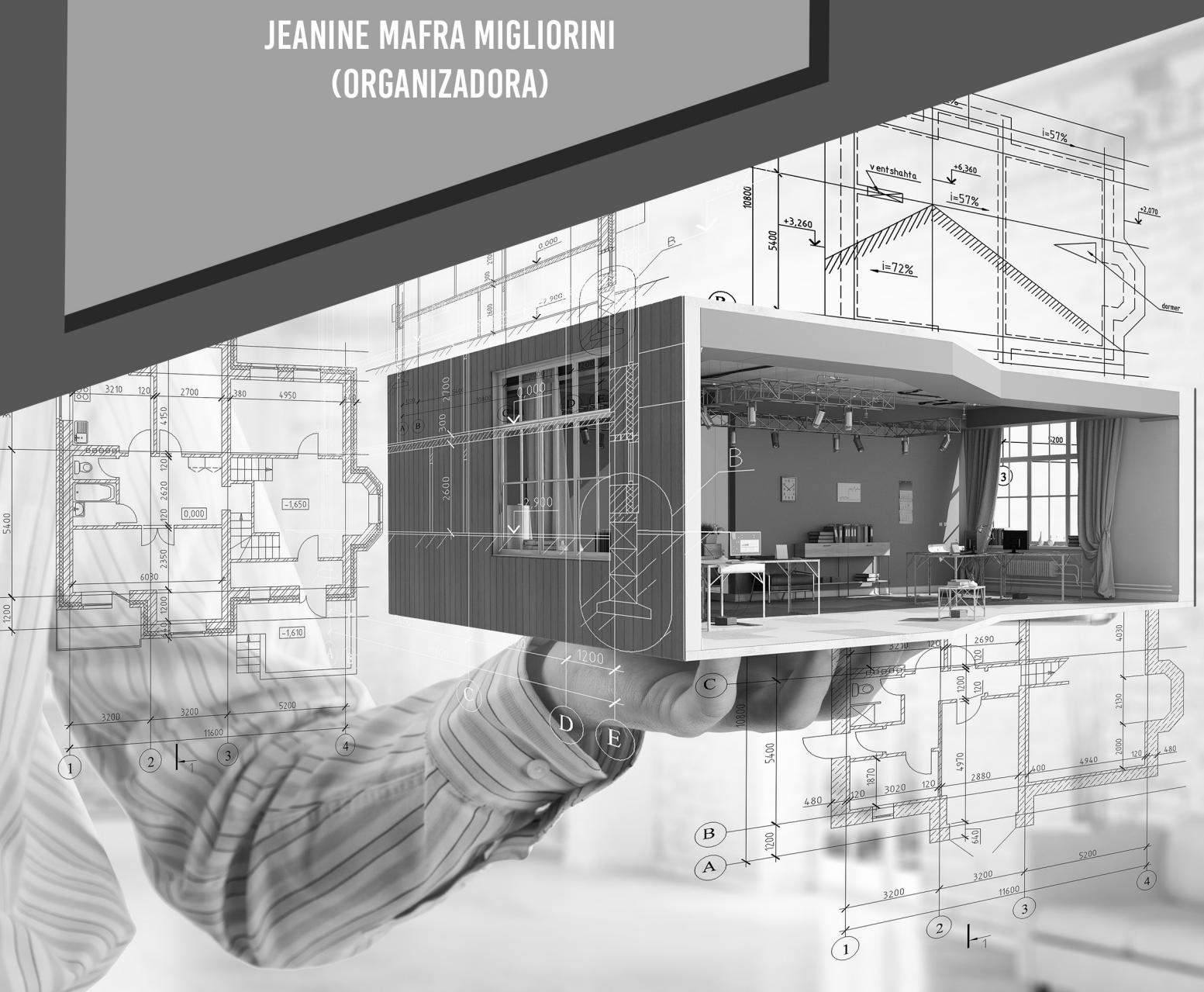
ARQUITETURA E URBANISMO: ABORDAGEM ABRANGENTE E POLIVALENTE 2

JEANINE MAFRA MIGLIORINI
(ORGANIZADORA)



ARQUITETURA E URBANISMO: ABORDAGEM ABRANGENTE E POLIVALENTE 2

JEANINE MAFRA MIGLIORINI
(ORGANIZADORA)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima

Luiza Batista 2020 by Atena Editora

Maria Alice Pinheiro Copyright © Atena Editora

Edição de Arte Copyright do Texto © 2020 Os autores

Luiza Batista Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Revisão Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora

Os Autores pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional

Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico

Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais

Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos

Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo

Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas

Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás

Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia

Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases

Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil

Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita

Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí

Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora

Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé

Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo

Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária

Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná

Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina

Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College

Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social

Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe

Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Arquitetura e urbanismo: abordagem abrangente e polivalente

2

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Jeanine Mafra Migliorini

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A772 Arquitetura e urbanismo [recurso eletrônico] : abordagem abrangente e polivalente 2 / Organizadora Jeanine Mafra Migliorini. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-195-4

DOI 10.22533/at.ed.954202407

1. Arquitetura. 2. Planejamento urbano. 3. Urbanismo. I. Migliorini, Jeanine Mafra.

CDD 720

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br


Ano 2020

APRESENTAÇÃO

Ao estudar e escrever sobre arquitetura nos deparamos com um universo que vai além da ciência, essa realidade abrange acima de tudo o social, uma vez que a arquitetura é feita para o homem exercer seu direito ao espaço, da maneira mais confortável possível. O conceito do que é exatamente esse conforto muda significativamente com o passar dos tempos. Novas realidades, novos contextos, novas tecnologias, enfim, uma nova sociedade que exige transformações no seu espaço de viver.

Algumas dessas transformações acontecem pela necessidade humana, outras, cada vez mais evidentes, pela necessidade ambiental. Um planeta que precisa ser habitado com consciência, de que nossas ações sobre o espaço possuem consequências diretas sobre nosso dia a dia. Esta discussão é necessária e urgente, nossos modos de construir, de ocupar devem estar em consonância com o que o meio tem a nos oferecer, sem prejuízo para as futuras gerações.

As discussões sobre essa sustentabilidade vão desde o destino e uso das edificações mais antigas, que são parte de nosso patrimônio e são também produto que pode gerar impactos ambientais negativos se não bem utilizados; do desaparecimento ou a luta pela manutenção da arquitetura vernacular, que respeita o meio ambiente, à aplicação de novas tecnologias em prol de construções social e ecologicamente corretas.

Não ficam de fora as abordagens urbanas: da cidade viva, democrática, sustentável, mais preocupada com o bem estar do cidadão, dos seus espaços de vivência, de permanência e a forma como essas relações se instalam e se concretizam, com novas visões do urbano.

Para tratar dessas e outras tantas questões este livro foi dividido em dois volumes, tendo o primeiro o foco na arquitetura, no espaço construído e o segundo no urbano, nos grandes espaços de viver, na malha que recebe a arquitetura.

No primeiro volume um percurso que se inicia na história, nos espaços já vividos. Na sequência abordam as questões tão pertinentes da sustentabilidade, para finalizar apresentando novas formas de produzir esse espaço e seus elementos, com qualidade e atendendo a nova realidade que vivemos.

No segundo volume os espaços verdes, áreas públicas, iniciam o livro, que passa por discussões acerca de espaços já consolidados e suas transformações, pela discussão sobre a morfologia urbana e de estratégias possíveis de intervenção nesses espaços, também em busca da sustentabilidade ambiental e social.

Todas as discussões acabam por abordar, na sua essência o fazer com qualidade, com respeito, com consciência, essa deve ser a premissa de qualquer estudo que envolva a arquitetura e os espaços do viver.

Jeanine Mafrá Migliorini

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO 1 | 1 |
| ÁREAS DE PRESERVAÇÃO E URBANIZAÇÃO: O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO LITORAL PAULISTA | |
| Isabella Silva de Serro Azul Gabriela Sayuri Durante Samuel Bertrand Melo Nazareth | |
| DOI 10.22533/at.ed.9542024071 | |
| CAPÍTULO 2 | 13 |
| ANÁLISE MORFOLÓGICA DE PADRÕES ESPACIAIS DA VEGETAÇÃO NATIVA REMANESCENTE DO MUNICÍPIO DE POÇOS DE CALDAS, MG, COMO SUBSÍDIO PARA CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA VERDE | |
| Leandro Letti da Silva Araújo Evandro Ziggiatti Monteiro | |
| DOI 10.22533/at.ed.9542024072 | |
| CAPÍTULO 3 | 30 |
| EVOLUCIÓN DE LAS TIPOLOGÍAS DE ESPACIOS VERDES PÚBLICOS EN EL PAISAJE URBANO. RESCATE DE LA MEMORIA VEGETAL EN VALPARAÍSO | |
| Cristóbal Cox Bordalí Constanza Jara Herrera | |
| DOI 10.22533/at.ed.9542024073 | |
| CAPÍTULO 4 | 63 |
| ARBORIZAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS EM IRUPI-ES: UMA ANÁLISE DA MORFOLOGIA URBANA DOS BAIROS CAROLINO BARBOSA E JOÃO BUTICA | |
| Eduardo Machado da Silva Wagner de Azêvedo Dornellas | |
| DOI 10.22533/at.ed.9542024074 | |
| CAPÍTULO 5 | 88 |
| PERCEPÇÃO AMBIENTAL E ANÁLISE MORFO-ESPACIAL DE ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS: UM ESTUDO EM CIDADES DE MÉDIO PORTE NO RIO GRANDE DO NORTE/RN | |
| trícia Caroline da Silva Santana | |
| DOI 10.22533/at.ed.9542024075 | |
| CAPÍTULO 6 | 102 |
| ENTRE BELÉM/PA E RECIFE/PE, TERRITÓRIOS DESENHADOS EM PROCESSOS RESTRITIVOS, PERMISSIVOS, OCULTOS E PACTUADOS À LEGISLAÇÃO URBANO AMBIENTAL | |
| Ramon Fortunato Gomes Ricardo Batista Bitencourt | |
| DOI 10.22533/at.ed.9542024076 | |
| CAPÍTULO 7 | 116 |
| PROJETO E PLANEJAMENTO URBANOS FRENTE AOS PARADIGMAS ECOLÓGICOS DA AGRICULTURA URBANA | |
| Bruno Fernandes de Oliveira | |
| DOI 10.22533/at.ed.9542024077 | |

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO 8 | 129 |
| A EVOLUÇÃO URBANA DA CIDADE DE SANTOS E O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO DE 1532 A 1930 | |
| Hilmar Diniz Paiva Filho Roberto Righi | |
| DOI 10.22533/at.ed.9542024078 | |
| CAPÍTULO 9 | 145 |
| PATRONES DE LOCALIZACIÓN E INSTALACIÓN DE INFRAESTRUCTURA RELIGIOSA CATÓLICA EN SANTIAGO DE CHILE. 1850 – 1950 | |
| Mirtha Pallarés-Torres Maria Eugenia Pallarés-Torres Jing Chang Lou | |
| DOI 10.22533/at.ed.9542024079 | |
| CAPÍTULO 10 | 159 |
| ESTUDO DE UM FRAGMENTO URBANO: O BAIRRO-JARDIM CHÁCARA FLORA, SÃO PAULO | |
| Luciana Monzillo de Oliveira Maria Pronin | |
| DOI 10.22533/at.ed.95420240710 | |
| CAPÍTULO 11 | 175 |
| MARCAS E MATRIZES DA CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM URBANA NO ALTO DA BOA VISTA, RIO DE JANEIRO | |
| Leonardo Rodrigues Pereira | |
| DOI 10.22533/at.ed.95420240711 | |
| CAPÍTULO 12 | 187 |
| CEAGESP: RECONVERSÃO E PROJETO URBANO? | |
| Bárbara Pereira Baptista Nadia Somekh | |
| DOI 10.22533/at.ed.95420240712 | |
| CAPÍTULO 13 | 203 |
| A EVOLUÇÃO DAS INTERVENÇÕES URBANAS SOBRE A CONFORMAÇÃO DA PAISAGEM DE UMA CENTRALIDADE LINEAR: AVENIDA REBOUÇAS, EM SÃO PAULO | |
| Maria Pronin Luciana Monzillo de Oliveira | |
| DOI 10.22533/at.ed.95420240713 | |
| CAPÍTULO 14 | 219 |
| AFINAL, O QUE SÃO ECOVILAS? EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO | |
| Juliana Viégas de Lima Valverde | |
| DOI 10.22533/at.ed.95420240714 | |
| CAPÍTULO 15 | 233 |
| ESTRATÉGIAS DE PROJETO PARTICIPATIVO EM ÁREAS DE VULNERABILIDADE SOCIAL | |
| Júlio Barretto Gadelha Tomaz Amaral Lotufo | |
| DOI 10.22533/at.ed.95420240715 | |

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO 16 | 267 |
| MOBILIDADE ATIVA E CAMINHABILIDADE: ENSAIO PROJETUAL NA AV. JAIR DE ANDRADE | |
| Mateus Marcarini Zon | |
| Larissa Leticia Andara Ramos | |
| Laura Lopes Akel | |
| Natália Brisa do Nascimento Santos | |
| DOI 10.22533/at.ed.95420240716 | |
| CAPÍTULO 17 | 279 |
| PRÁTICAS URBANAS CRIATIVAS: ESTUDO, ANÁLISE E IMPACTO DE AÇÕES TÁTICAS NO ESPAÇO PÚBLICO | |
| Carolina Vitória Ortenzi Bortolozzo Carvalho | |
| DOI 10.22533/at.ed.95420240717 | |
| CAPÍTULO 18 | 296 |
| GESTÃO URBANA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: REFLEXÃO EM TEMPOS DE DISSENSO | |
| Andre Reis Balsini | |
| DOI 10.22533/at.ed.95420240718 | |
| SOBRE A ORGANIZADORA | 309 |
| ÍNDICE REMISSIVO | 310 |

ENTRE BELÉM/PA E RECIFE/PE, TERRITÓRIOS DESENHADOS EM PROCESSOS RESTRITIVOS, PERMISSIVOS, OCULTOS E PACTUADOS À LEGISLAÇÃO URBANO AMBIENTAL

Data de aceite: 05/07/2020

Data da submissão: 01/04/2020

Ramon Fortunato Gomes

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Naviraí, Mato Grosso do Sul
<http://lattes.cnpq.br/9735321570550620>

Ricardo Batista Bitencourt

Universidade de Brasília
Brasília, Distrito Federal
<http://lattes.cnpq.br/3405711083054225>

RESUMO: O estudo apresentado expõe e discute os processos de constituição do território urbano e relaciona-os a consolidação de espaços urbanos informais denominado de ocorrências urbanas. Faz um recorte no litoral entre Belém/PA e Recife/PE, em cidades com conjuntos urbanos tombados cuja legislação urbana e ambiental representam os principais meios de ordenamento do solo urbano. Tem como base de análise a Lei Federal 6766/79 (BRASIL, 1979) e o Código Florestal Brasileiro, Lei 12.651/12 (BRASIL, 2012), onde foram levantados parâmetros para a identificação de grupos de ocorrências urbanas por meio de análise em imagens de satélite disponíveis no

Google Earth Pró. O método de investigação foi complementado com pesquisas em instituições responsáveis pelo ordenamento territorial e visitas de campo. Deste modo foi possível escolher como base de análise, a “Ilha de Deus”, por representar um território rico nos aspectos relacionados a pesquisa. Assim, o estudo apresentado contribui no campo da morfologia urbana e do planejamento urbano pois exibiu ferramentas de análise e identificação de territórios informais e seus processos de constituição.

PALAVRAS-CHAVE: legislação urbanística; crescimento urbana; legislação ambiental; ocorrências urbanas.

ABSTRACT: The presented study exposes and discusses the processes of constitution of the urban territory and relates them to the consolidation of informal urban spaces called urban occurrences. It makes a cut on the coast between Belém/PA and Recife/PE, in cities with fallen urban complexes whose urban and environmental legislation represent the main means of ordering urban soil. It is based on analysis Federal Law 6766/79 (BRASIL, 1979) and the Brazilian Forest Code, Law 12.651/12 (BRASIL, 2012), where parameters were identified for the identification of groups

of urban occurrences through image analysis satellites available on Google Earth Pro. The investigation method was complemented with research in institutions responsible for land use planning and field visits. In this way, it was possible to choose “Ilha de Deus” as the basis for analysis, as it represents a territory rich in aspects related to research. Thus, the presented study contributes in the field of urban morphology and urban planning because it exhibits tools for the analysis and identification of informal territories and their constitution processes. **KEYWORDS:** urban legislation; urban growth; environmental legislation; urban occurrences.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho é destinado ao tema da morfologia urbana e sua aplicação no planejamento urbano territorial. Busca compreender as dinâmicas do espaço urbano e seu processo de formação, em núcleos urbanos informais consolidados em áreas periféricas, denominados nesta pesquisa de ocorrências urbanas. Foram analisados dez territórios localizados em cidades com conjuntos urbanos tombados (IPHAN, 2014), do litoral, entre as cidades de Belém (PA) e Recife (PE), tendo como base de análise a legislação urbana e ambiental, Lei Federal 6766/79 (BRASIL, 1979) e o Código Florestal Brasileiro, Lei 12.651/12 (BRASIL, 2012). Sobre a análise do objeto, pode ser identificado quatro tipos característicos de processos de formação territorial. São processos invisíveis, dinâmicos e imateriais, frutos de políticas de planejamento urbano territorial, tratado na pesquisa como processos restritivos, permissivos, ocultos e ajustados ou pactuados. São processos que pavimentam caminhos para a consolidação de ocorrências urbanas, consolidadas em forma, morfologicamente representativas. Segundo Rolnik, nesses territórios, a lei:

[...] aparentemente funciona, como uma espécie de molde da cidade ideal ou desejável. [...]. Porém, ao estabelecer formas permitidas e proibidas, acaba por definir territórios dentro e fora da lei, ou seja, configura regiões de plena cidadania e regiões de cidadania limitada (ROLNIK, 1997, p. 13-14).

A análise adotou como objeto de estudo, municípios tombados como conjunto urbano (IPHAN, 2014) localizados no litoral, ou ligados ao mar por baías, rios ou canais. São cidades com conexões estreitas com o mar e seu meio ambiente físico e construído, neste sentido apresentarem dois aspectos que divergem no desenvolvimento urbano. Primeiro, nelas incidem um arcabouço legal e jurídico de maior intensidade, restritivo a novas construções e intervenções urbanísticas, composto por leis do patrimônio histórico e artístico, leis ambientais e leis municipais. São leis que apresentam como principal objetivo preservar o patrimônio cultural, natural e conter o crescimento desordenado dessas cidades (SILVA, 2012). Segundo, nelas circulam e fixam fluxos populacionais movidos pelo turismo, pelo lazer e pelos serviços que emergem das dinâmicas promovidas pelo consumo desses territórios turistificados (BUTLER, 1980; COSTA, 2012).

Foram identificados territórios que emergem da contraposição entre a preservação e o desenvolvimento, uma ancorada na contenção edilícia por meio de leis urbanísticas e ambientais, e o outro estimulado e impulsionado por dinâmicas populacionais de consumo, pela economia local, e pela publicidade de mídias. São contraposições que movimentam processos de constituição do espaço que proporcionam o surgimento de territórios informais e ilegalidades. São eles, restritivos, permissivos, ocultos e ajustados ou pactuados mediante conflitos territoriais. Assim, são processos que tencionam o planejamento urbano no sentido do capital imobiliário, nas áreas de especulação imobiliária, no valor de troca e não de uso (HARVEY, 1985). Neste sentido delineiam conflitos entre territórios, exclusão sócio espacial, e intervenções verticais do poder público ou jurídico sobre o solo urbano, proporcionando o que o estudo aponta como ocorrências urbana – núcleos urbanos informais e ocupações sobre o território.

Entende-se que os processos restritivos definem territórios com especificidades as limitações, as restrições, as retenções na legislação urbanística, para romper, cessar e controlar o crescimento urbano em determinado local ou região, e utilizam do policiamento por meio do planejamento urbano. Estes repelem fluxos urbanos para a periferia ou os absorvem por meio da informalidade, mesmo por sobre as mesmas áreas protegidas por leis ambientais, patrimoniais e urbanísticas. Isso devido a necessidade ou a emergência urbana (MARICATO, 2015). São intensificados pela negligência das instituições de controle do solo urbano, ou pela resistência de comunidades locais (ROSA, 2011).

Os processos permissivos, por sua vez, proporcionam territórios com ocupações em sua maioria, licenciadas, porém fragilizadas quando analisadas, perante a legislação urbanística e ambiental. Incidem por meio de leis definidas verticalmente por autoridades, em maioria sem o diálogo com a população. São frutos de acordos de gabinete, interferências políticas e mudanças na lei de uso e ocupação do solo propostos pelo mercado imobiliário onde são criados mecanismos para que as ferramentas de controle do solo urbano possam acontecer (REIS, 2017).

Os processos ocultos, ocorrem por ações e articulações criadas na forma de mecanismos ocultos, estes são mais difíceis de serem identificados pois demanda acesso e pesquisa em secretarias ou procuradorias jurídicas. São processos que desenrolam na esfera jurídica, mediante ações judiciais, e são diferentes dos processos permissivos pois violam a legislação urbana ambiental por meios ilícitos. Em outras palavras os processos permissivos têm a garantia da lei (modificada para abarcar as ações permissivas), enquanto os processos ocultos ocorrem a margem da legislação. São processos que vão ao embate da legislação urbanística, pela emergência urbana, pela negligência e pela transgressão a legislação urbana e ambiental (GOMES, 2019).

Já os territórios ajustados ou pactuados, são aqueles que nascem de conflitos sociais

e urbanos perante a hierarquização dos espaços, perdas e conquistas de espaço público. Ocorrem por meio de pressões sociais em processos de resistência ou por pressões populares (MOREIRA, 2017; REIS, 2017). São ajustados ou pactuados por meio de audiências públicas, reuniões comunitárias, grupos de estudos, processos decisórios democráticos (GOMES, 2019).

Assim o estudo tem como objetivo identificar os tipos de territórios informais, negligenciados ou transgressores, definidos como ocorrências urbanas, constituídos por meio dos processos restritivos, permissivos, ocultos e pactuados. Discutir os processos de consolidação, suas formações urbanas diante de processos não mensuráveis, e trazer contribuições ao campo da morfologia urbana e das políticas públicas de planejamento urbano.

Justifica-se, pois, ao apontar, identificar e classificar ocorrências urbanas, definidas como formações urbanas informais perante a lei, o estudo poderá trazer contribuições no campo da morfologia urbana e do planejamento urbano. E ao discernir os processos de constituição do espaço urbano, estes poderão compor ferramentas de análise da identificação de problemas urbanísticos e de correção pontual (ROSA, 2011). Ter como ponto de partida a informalidade, as comunidades locais e os processos descuidados pelo estado pode ser ponto de partida para constituir espaços de total cidadania e convívio social coletivo.

2 | METODOLOGIA

O objeto de estudo representa um recorte de uma pesquisa maior em doutorado, sobre o crescimento informal e periférico nos conjuntos urbanos tombados do litoral brasileiro. Neste artigo foi adotado a porção litorânea Norte-Norte/Nordeste, composta por dez municípios, são eles: Belém (PA), Alcântara (MA), São Luís (MA), Parnaíba (PI), Aracati (CE), Natal (RN), João Pessoa (PB), Igarassu (PE), Olinda (PE), Recife (PE), conforme mostra a figura 1. O recorte foi escolhido por representar uma região com características peculiares na formação e consolidação do território.

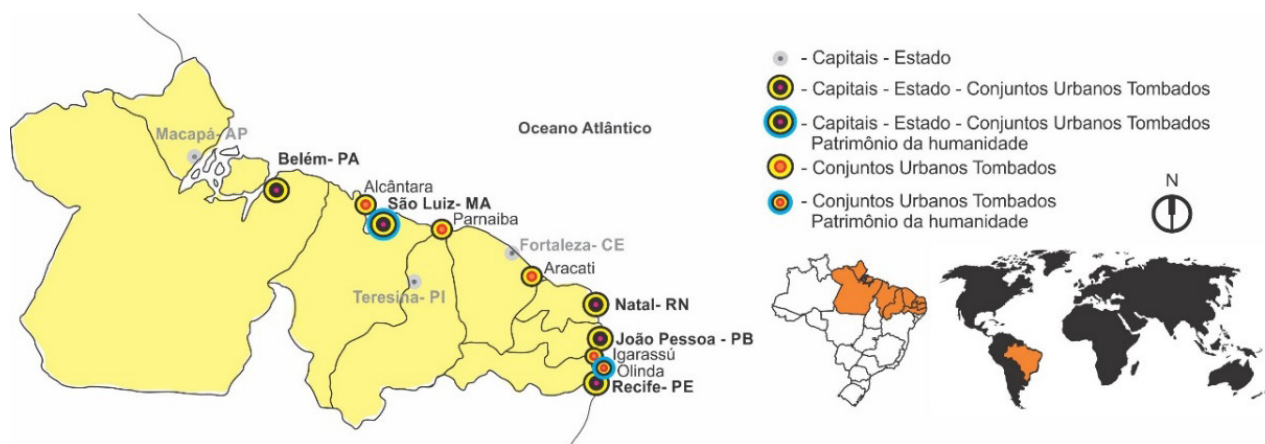


Figura1: Conjuntos Urbanos Tombados, objeto de estudo na porção Norte-Norte/Nordeste. Fonte: Elabora pelo Autor (2017).

Como metodologia, o trabalho utilizou e seguiu os seguintes procedimentos: i) definição de critérios para a identificação de ocupações informais no tecido urbano, ocorrências urbanas, tendo como base a Lei 6766/79 (BRASIL, 1979), que define quesitos para o parcelamento do solo urbano, e a Lei 12.651/12 (BRASIL, 2012), que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, ii) captação de imagens de tecidos informais – ocorrências urbanas - , nos dez municípios objeto da análise, por meio do uso da ferramenta do Google Earth Pró para visualização de imagens de satélite. A captação de imagens obedeceu critérios que foram construídos e adotados por meio da análise na legislação urbano ambiental de base iii) identificação, conceituação e classificação em grupos, das formas urbanas informais captadas, iv) Segundo processo de captação de imagens de tecidos considerados informais conforme os critérios adotados – ocorrências urbanas – por município, análise das imagens de satélite, e separação nos grupos de classificação das formas urbanas informais, identificadas no município v) visita de campo na formação urbana identificada e com maior dinâmica nos processos de transformação do espaço.

O método permitiu a constituição de uma tabela de análise, composta por 4 (quatro) grupos “G” em 16 (dezesesseis) tipos de ocorrências urbanas resultantes dos processos restritivos, permissivos, ocultos e ajustados, responsáveis pela constituição da forma urbana (Quadro 1).

Classificação das ocorrências urbanas em grupos e similaridades

| Grupos | Ocorrências urbanas | Similaridades formais e estruturais |
|--------|---|--|
| GI | <ul style="list-style-type: none"> · Ocupação em praias, restingas e dunas; · Estrangulamento em cursos d'água e nascentes; · Grandes estruturas; · Ocupação em mangues; · Ocupação em morros; · Ocupação em canais naturais de alimentação ou de escoamento de águas; · Ocupação em faixa marginal de proteção de rios. | <p>São ocupações irregulares que utilizam de estruturas e recursos ambientais preexistentes nos ecossistemas naturais, para a instalação de agrupamentos residenciais, ou suporte para grandes estruturas como fábricas e depósitos.</p> <p>Fogem à ordem urbana, à Lei 6.766/79 e ao Código Florestal Brasileiro.</p> |
| GII | <ul style="list-style-type: none"> · Aglomerados de baixa densidade; · Aglomerados; · Lineares; · Ocupação tradicional. | <p>São ocupações que crescem em arranjos irregulares, tomando os espaços livres em sua totalidade. São comuns em comunidades tradicionais ou núcleos em processo de crescimento.</p> <p>Fogem à ordem urbana e à Lei 6.766/79. A casos de omissão ao Código Florestal Brasileiro.</p> |
| GIII | <ul style="list-style-type: none"> · Loteamentos clandestinos; · Complexos em empreendimentos; · Assentamentos; · Empreendimentos (Novos Loteamentos) | <p>Tem a característica de serem projetos concebidos por meio de processos informais resultando na ausência ou na ineficiência de áreas públicas e de lazer.</p> <p>São implantados por pessoas físicas ou jurídicas sem a anuência dos poderes públicos ou por setores públicos sem a anuência de técnicos residentes.</p> <p>Fogem à ordem urbana e à Lei 6.766/79. A casos de omissão ao Código Florestal Brasileiro.</p> |
| GIV | <ul style="list-style-type: none"> · Ocorrências mistas. | <p>São ocupações que crescem em arranjos múltiplos e variados, compondo diferentes tipos de ocorrências urbanas.</p> |

Quadro1: Classificação das ocorrências urbanas e grupos característicos.

Fonte: Elaborado pelo Autor (Gomes, 2019, p.196).

Assim, foram analisadas exclusivamente nas imagens de satélite do Google Earth Pró, 10 (dez) cidades – objeto de estudo – e identificado em cada perímetro urbano, quatro territórios com ocorrências urbanas informais, sendo um em cada grupo de classificação, totalizando no geral 40 (quarenta) ocorrências urbanas. Posteriormente foi executado o levantamento de campo na ocorrência urbana que possibilitasse maior riqueza de documentos para análise, assim foram realizados 10 (dez) levantamentos de campo, sendo um para cada cidade no conjunto de territórios do objeto de estudo.

O método utilizado permitiu juntar informações relevantes e construir bases de discussão sobre a construção de territórios em processos restritivos, permissivos, ocultos e pactuados perante a Lei. Porém a análise de legislação e de imagens de satélite do Google Earth Pró não permitem uma discussão de maior profundidade para além da morfologia urbana. Existem dinâmicas invisíveis, que não sobressaem na cidade estática, estando, entretanto, incorporados aos processos de decisão do estado, nas lutas sociais

e de classes, na permanência e na resistência das comunidades, na emergência social por espaço e habitação, sendo apenas identificadas por meio de minucioso levantamento de campo.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A visualização nos processos de transformações do espaço por meio do histórico em imagens de satélite, disponíveis no Google Earth Pró, permitiu identificar a existência de dinâmicas e processos, que imprimem no desenho e nas formas espaciais da cidade, resultados incorporados ao uso do espaço e sua consolidação como forma (CARVALHO, 2003; PANERAI, 2006; MORRIS, 1992). Nota-se uma diversidade de territórios entre Belém (PA) e Recife (PE) que permitem a discussão e o caldo da pesquisa.

Já o levantamento de campo possibilitou o aprofundamento nas análises e a identificação de dinâmicas na produção do espaço, invisíveis nas imagens de satélite. São territórios diversos, produzidos pela resistência popular, pela atuação de líderes comunitários, por mulheres, por pescadores, comunidades, famílias, pelo fortalecimento cultural, pela especulação imobiliária, por agentes imobiliários ou agentes do estado representados no poder, pela inadimplência ou o sucateamento das instituições de controle do solo urbano.

Como exemplo desses territórios, estão: a Vila da Barca em Belém (PA); as Agrovilas Quilombolas em Alcântara (MA); a Comunidade de pescadores, Caolho, em São Luís (MA); a Praia do Sal em Parnaíba (PI); a Vila do Estevão e Canoa Quebrada em Aracati (CE); o Parque das Dunas em Natal (RN); o Bairro São José em João Pessoa (PB); o Bairro de Nova Cruz II em Igarassu (PE), a área do Passarinho em Olinda (PE) e a Ilha de Deus em Recife (PE). Ambos resultados de processos de constituição do espaço urbano que transitam entre o permissivo, o restritivo, o oculto no âmbito judicial e o ajustado perante as normativas e leis (figura 2).



Figura 2: Exemplos de ocorrências urbanas, entre Belém e Recife. Em (A) acesso principal à Vila da Barca em Belém; em (B) Canoa Quebrada em Aracati, sobre áreas sensível ambiental; em (C) Bairro São José em João Pessoa, ocupação consolidada e informal; e em (D) início de formação de ocupação desordenada na Praia da Pedra do Sal em Parnaíba. Fonte: Arquivo pessoal do Autor (2017).

Todas são formações urbanas que carregam a informalidade e a transgressão. Comunidades, que constituem seus espaços no tempo, por modos de vida, formação cultural, tradição, e deste modo, conseguem se perpetuar no espaço e na imagem da cidade. Conjugam forças para lutar contra as constantes ações institucionais, perante a lei e o estado. As visitas de campo expuseram comunidades que sobrevivem a constantes ações do estado enquanto outras são removidas, fragmentadas, desalojadas, por ações institucionais conjuntas, no discurso da manutenção da ordem urbana, da higienização sem que o estado proporcione perspectivas ou soluções aos casos que não sobrevivem a tais ações.

Também se notam aqueles territórios consolidados como produto de transgressões a legislação urbano ambiental. Porém não é possível afirmar que as transgressões devam ser punidas, mas elas não podem exclusivamente se formalizar por meio de violações urbanas, ambientais e ou sociais. Cabem ser discutidos e avaliados os casos e verificar o ônus e quais grupos terão vantagens e desvantagens com possíveis anistias. Deve ser equacionado e equilibrado afim de não haver perdas sociais. Ou seja, é preciso debater quais situações de transgressão à legislação poderão ser admitidas, definir quais os órgãos competentes para análise, quais as medidas compensatórias serão necessárias (MORETTI E AMORE, 2019). Acrescenta Fernandes (2006) sobre a importância da academia na compreensão do papel do Direito Urbanístico, sendo esse papel preponderante na aplicabilidade da legislação urbanística e ambiental e no seu cumprimento. Assim, entre marginalidade e transgressões, foram identificados territórios entre Belém (PA) e Recife (PE), (Quadro 2).

Territórios identificados entre Belém (PA) e Recife (PE)

| Objeto Estudo | Territórios analisados por meio de imagens de satélite | Território visitado/ Processo de constituição / Ocorrência urbana | Síntese da visita de campo no território |
|----------------------|--|--|--|
| Belém (PA) | <ol style="list-style-type: none"> 1.Rio Doce I; 2.Pratinha; 3.Eco Park Newton Miranda II; 4.Vila da Barca; | Vila da Barca / Processo restritivo / Ocorrências mistas. | Território de ocupação informal sobre área de proteção ambiental em palafitas, sobrepõe a regularização em zona de interesse social, projeto de habitação urbanização abandonados,, conflitos sociais e espaciais internos. |
| Alcântara (MA) | <ol style="list-style-type: none"> 1.Centro de Lançamento Aeroespacial (CLA); 2.Comunidades quilombolas, Manival e Paquatiua; 3.Agrovilas; 4.Assentamento MA (106) | Agrovilas / Processo pactuado / Assentamentos. | Vilas construídas para abrigar comunidades tradicionais desapropriadas pela CLA. Hoje somam pela falta de titularidade da terra, irregularidade no processo de assentamento, crescimento não planejado, conflitos sociais e fragmentação sócio cultural. |
| São Luís (MA) | <ol style="list-style-type: none"> 1.lhinha; 2.Localidade na extremidade sul da Vila Embratel e limite com o bairro Gapara; 3.Loteamento tapiracó 4.Caolho; | Caolho / Processos permissivos / ocorrências mistas | Comunidade que convive com o processo de remoção para a implantação de urbanização da Av. Costeira e para o incentivo de empreendimentos imobiliários e comerciais na praia. |
| Parnaíba (PI) | <ol style="list-style-type: none"> 1.Praia da Pedra do Sal; 2.Tabuleiro; 3.Bairro Projetado; 4.Santa Isabel; | Praia da Pedra do Sal / Processos restritivos / ocupação em praia, restingas e dunas. | Área de expansão urbana que vive processo de crescimento informal em área de valorização ambiental e turística. Funciona com escape a falta de habitação popular próximo ao trabalho. |
| Aracati (CE) | <ol style="list-style-type: none"> 1.Vila do Estevão; 2.Beirada; 3.Canoa Quebrada; 4.Crescimento urbano ao longo da CE-371; | Vila do Estevão / processos Ajustados / ocupação em praia, restingas e dunas. | Comunidade que sofreu tentativa de remoção por meio de grilagem da terra. A organização social e a resistência da comunidade constituíram ferramentas de conquista ao direito a propriedade em zona de especial interesse social e ambiental. |
| Natal (RN) | <ol style="list-style-type: none"> 1.Redinha; 2.Ocupação sobre a linha do trem, junto a Rua Rio Potengi; 3.Via Costeira; 4.Bom Pastor e Pi Timbú; | Via Costeira / processos permissivos / ocupação em praia, restingas e dunas. | Área de interesse turístico e imobiliário, com potencialidade para constituição de espaços públicos e lazer comunitários. Foi loteada e concedida ao uso de redes de hotéis, e hoje ocupam áreas de interesse público e ambiental |
| João Pessoa (PB) | <ol style="list-style-type: none"> 1.Ocupações no rio Jaguaribe; 2.Aratu, Mangabeira III; 3.Barra de Gramame; 4.Bairro São José; | Bairro São José / processos restritivos / ocorrências mistas | Bairro constituído na informalidade, auto construído como alternativa a moradia próxima ao trabalho, em processos de restrições a ocupação urbana e ao direito à moradia. |

| | | | |
|---------------|--|---|--|
| Igarassu (PE) | <ol style="list-style-type: none"> 1. Centro, Sítio São Marcos e Santa Rita; 2. Conjunto Residencial Pitanga; 3. Propriedades rurais, com acessos na Av. Severiano Uchôa e Rua Serra talhada; 4. Nova Cruz II, Mangue Seco, ocupação da fazenda ramalho; | <p>Nova Cruz II , Mangue Seco, ocupação da fazenda ramalho / processos restritivos/ ocorrências mistas</p> | <p>Movimento de ocupação e resistência em resposta as restrições urbanas, a não utilização dos instrumentos urbanísticos propostos pelo Estatuto das Cidades, a falta de oferta em habitação popular e ao direito à moradia.</p> |
| Olinda (PE) | <ol style="list-style-type: none"> 1. Ocupação sobre o Rio Doce e o Parque do Janga; 2. Mata do Passarinho; 3. Loteamentos na Estrada Lygia Gomes da Silva, próximo ao Coqueiral Park 4. Peixinhos | <p>Passarinho/ processos restritivos / aglomerados de baixa densidade</p> | <p>Localidade que sobrepõe área de interesse ambiental e regiões com demandas para moradia popular. Há conflitos sócio espaciais movidos pela necessidade de preservação e pela falta de habitação social local.</p> |
| Recife (PE) | <ol style="list-style-type: none"> 1. Dois Morros; 2. Brasília teimosa; 3. Ilha de Deus; 4. O entorno do Le Parc. | <p>Ilha de Deus / processos pactuados / assentamentos</p> | <p>Comunidade tradicional que sofreu processo de regularização fundiária e urbanização, por meio da resistência, da participação popular e de ajustes na legislação urbana ambiental para atender a comunidade pesqueira.</p> |

Quadro 2: Territórios analisados entre Belém e Recife.

Fonte: Elaborado pelo Autor (2020).

Cada caso apresentado no quadro 2 possui suas especificidades, porém contribui com maior propriedade nas discussões do planejamento urbano, do direito a cidade, o caso da “Ilha de Deus”. Este transita nos diversos tópicos e favorece as análises e suas contribuições ao estudo apresentado com clareza. Soa como o caso pesquisado de maior significância pois nele pôde ser relacionar o processo pactuado com as ações de regularização fundiária. Neste sentido, o território – Ilha de Deus – representado por uma comunidade de pescadores locais e localizado em Recife/PE (Figura 3), foi escolhido para enfatizar as questões de estudo colocadas. Assim guiado pelo método serão analisadas a constituição do território e posteriormente feito o confronto das informações com pesquisa nas instituições, bibliográfica e relatos de campo. Ambos ancoradas nas leis de uso e ocupação do solo (BRASIL, 1979) e na lei de preservação da vegetação nativa (BRASIL, 2012).



Figura 3: Processos de transformação do espaço, na Ilha de Deus (PE), em assentamento, localizado em área de preservação ambiental. Fonte: Google Earth Pró (altura de 562 m): a imagem 1 data de 7/2009; a imagem 2, de 11/2009; a imagem 3, de 1/2013; e a imagem 4, de 9/2018. Editado pelo Autor (2017).

Por meio de imagem de satélites, disponíveis no Google Earth Pró podem ser observados as mutações do espaço (Figura 3). A Ilha de Deus está localizada em região de valor imobiliário de Recife, próximo do Shopping Rio Mar, entre o bairro Imbiribeira e o manguezal do Pina, correspondente uma formação informal autoconstruída e constituída por uma comunidade de moradores e pescadores locais (1). A imagem (2) revela a ocupação extensiva em toda área da ilha excedendo os limites por meio de ocupações em palafitas sobre as áreas de manguezais e reservas naturais. Nota-se na imagem (3) a remoção das edificações existentes para consolidação de um assentamento em casas de alvenaria, infraestrutura e acesso por ponte. Na imagem (4) pode ser observado uma nova ordem territorial com a eliminação das antigas edificações e a consolidação de uma nova organização espacial (4), (GOMES, 2019).

Trata-se de área ambientalmente sensível, ocupada historicamente por comunidades tradicionais. Seu processo de crescimento foi marcado pelo adensamento e pelo abandono de políticas urbanas e sociais. Devido as precárias condições sanitárias, de infraestrutura e de habitabilidade, com altos índices de violência, chegou a ser conhecida como “Ilha sem Deus”, relatou moradores em visita de campo (2017). Após vivenciarem a morte de um filho nas palafitas de acesso a área, e desgastadas com o baixo grau de habitabilidade, acessibilidade e condições sanitárias, um grupo de mulheres de pescadores locais, tomaram frente e foram motivadas na luta por, moradia, infraestrutura e equipamentos

públicos para a comunidade (GOMES, 2019).

A partir de luta popular, conseguiram a intermediação do Governador Eduardo Campos (PSB, 2007 a 2014). Assim foram aplicadas “políticas urbanas”, por meio de um projeto participativo, com acordos e pactos entre comunidade e instituições ambientais e municipais no intuito de constituírem soluções plausíveis ao caso, considerando que a área se destina a preservação ambiental (APP) (GOMES, 2019). Assim pode ser observado que no processo de constituição da Ilha de Deus, ocorre por meio de processos pactuados ou ajustados na legislação urbana ambiental, transitam entre a resistência, a participação popular para atender a regularização fundiária e a urbanização na comunidade pesqueira.

[...] a comunidade da Ilha de Deus não surgiu apenas devido ao perverso cruzamento entre a exclusão social e depredação ambiental, mas também, só pode surgir e crescer pela ineficiência do poder público em aplicar o conjunto existente de leis de proteção e controle das áreas de interesse ambiental. A dimensão das ocupações pobres em áreas de restrição é tamanha, que, de fato, esta irregularidade urbanística foi “aceitada” pela incapacidade do estado em executar o conteúdo complexo e rigoroso das leis ambientais sobre áreas urbanas. (MOREIRA, 2017, p.6-7).

O projeto de regularização fundiária, urbanização e estruturação urbana teve a participação da população nas etapas do processo, desde a construção, até a fiscalização nas obras das unidades habitacionais (PMRE, 2009). Em visita de campo pode ser observado que houve rompimento no processo de implantação do projeto. Como consequência, algumas famílias não tiveram suas casas entregues, equipamentos públicos não finalizados e infraestrutura urbana incompleta. Foi observado em loco um novo processo de crescimento informal por “puxadinhos” nas unidades entregues e por palafitas no entorno da ilha. Marca na paisagem o contraste do local com investimentos escassos ou precarizados com as aplicações imobiliárias representadas pelos prédios na praia da Boa Viagem, e pelo Shopping Rio Mar, vizinhos imediatos da comunidade (GOMES, 2019).

Neste caso foi importante o “processo ajustado ou pactuado” para a construção do espaço e o direito à moradia. Notam-se que os principais movimentos de resistência à moradia, ao direito urbanístico, ao cumprimento da lei com resultados positivos e conquistas sociais, são desenrolados por meio de processos pactuados. Entre Belém e Recife destacam-se também o histórico da Vila do Estevão (CE), consolidado em áreas de falésia e dunas e o caso da Vila da Barca (PA), porém este não avança no direito a moradia e regularização fundiária, enquanto destacam-se nos conflitos sociais, ambientais e negligencia dos órgãos institucionais para a resolução do problema.

4 | CONCLUSÕES

O trabalho apresentado permite dialogar com a legislação urbano ambiental com

a consolidação de núcleos urbanos informais, por meio da identificação de processos invisíveis na forma urbana, responsáveis por sua modelagem. São processos que permitem a perpetuação no espaço, de formas urbanas consolidadas, carregadas de transformações sócio espaciais, e associadas ao discurso do planejamento urbano.

Traz para a discussão a abordagem da cidade dispersa, os processos de exclusão e expulsão de populações e comunidades para as margens urbanas, e a formação de núcleos urbanos informais dispersos, como resultados de ações e política urbanas que priorizaram um modelo de cidade moldada para o mercado. Um modo de fazer cidades onde os investimentos em infraestrutura urbana não são distribuídos na totalidade urbana (COSTA, 2015). Assim contribuem para pontos cegos no planejamento urbano, hiatos, assistem ao desequilíbrio urbano ao promoverem setores valorizados, especulados e outros sem urbanidade, informais (MARICATO, 2015).

Verificam-se dois modos de gerir e discutir a política urbana. Um é composto por modelos de gestão urbana discutidos unilateralmente, como ocorreu nas agrovilas em Alcântara (MA), na concessão e privatização de praias e dunas em Natal (RN), e na homogeneização do espaço urbano, na Av. Costeira de São Luiz (MA). Este circula no campo dos processos restritivos ou permissivos, unilaterais, neles não são observados meios ou alternativas de equacionar soluções que atendam a emergência urbana. E em situações de legislação urbanística e ambiental restritiva, é observado a criação de mecanismos de controle urbano ou ações de permissividade da lei decididas em esferas não participativas (AGUILERA; NAREDO, 2019).

O outro modo é representado por políticas de resistências populares, que nascem com resposta as políticas urbanas unilaterais não democráticas, como ocorreu na Vila do Estevão, em Aracati (CE), a na Ilha de Deus em Recife (PE). Assim, verifica-se que o planejamento urbano deve permitir o ajuste e o pacto entre as partes do processo. Em outros casos, proporcionar condições para a gestão urbana retomar o controle da cidade, no sentido de garantir espaços verdes de preservação à biodiversidade, sítios de interesse coletivo, e reconhecer os processos de exclusão social consolidados no tempo.

REFERÊNCIAS

AGUILERA, Frederico; NAREDO, José Manuel. **Economía, poder y megaproyectos**. Madrid: Economía & Naturaleza, 2009.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 20 dez. 1979.

_____. Lei 12.651, de 25 de maio de 2012. Novo Código Florestal, Lei de Preservação da Vegetação Nativa (LPVN). **Diário Oficial da União**, 28 maio 2012.

BUTLER, R. W. The concept of a tourist area cycle evolution: implications for management of resources. **Canadian Geografer**, Ontario, v. 24, n. 1, p. 5-12, 1980.

CARVALHO, Jorge. **Formas urbanas**. Coimbra: Minerva, 2003.

COSTA, Everaldo Batista da. **Cidades da patrimonialização global: simultaneidade totalidade urbana – totalidade – mundo**. São Paulo: Humanitas, Fapesp, 2015.

FERNANDES, Edésio. Direito e gestão na construção da cidade democrática no Brasil. In: Brandão, Carlos Antônio Leite (Org.). **As cidades da cidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 123-139

GOMES, Ramon, Fortunato. Informalidades planejadas: análise em conjuntos urbanos tombados do litoral brasileiro. Tese, Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na Universidade de Brasília. UnB, Brasília p.366, 2019.

HARVEY, David. **The urbanization of capital**. Oxford: Basil Blackwell, 1985.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Conjuntos Urbanos Tombados (Cidades históricas)**. IPHAN, Patrimônio Cultural, Brasília DF, 2014. Acessado em 27 mar. de 2020. Online. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/123>

MARICATO, Erminia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MOREIRA, Clara Gomes; SOUZA, Maria Ângela de Almeida, Letras. **Ilha de Deus no Recife – Brasil: um caso emblemático do direito à moradia conquistado em área de risco legalmente preservada**. Centro Científico Conhecer, Jandaia GO, 23 mar. 2000. Acessado em 28 mar. 2020. Online. Disponível em: <http://www.conhecer.org.br/download/DIREITO%20AMBIENTAL/leitura%20anexa%203.pdf>

MORETTI, Ricardo de Sousa; AMORE, Caio Santo. Direito à legalidade e retomada do controle público sobre a produção da cidade. **BR Cidades**, 21 fev. 2019. Acesso em: 28 mar. 2020. Disponível em: <http://observatoriodasmetropoles.net.br/wp/direito-legalidade-e-retomada-do-controle-publico-sobre-producao-da-cidade/>.

MORRIS, A. E. J. **História de la forma urbana: desde sus orígenes hasta la Revolución Industrial**. 4. ed. Barcelona: Gustavo Gilli, 1992.

PANERAI, Philippe. **Análise urbana**; tradução de Francisco Leitão; revisão técnica de Sylvia Fischer. Editora Universidade de Brasília, 2006.

PMRE. Prefeitura da Cidade do Recife. Secretaria de Planejamento e Gestão. **Informativo Ação Ilha de Deus**, n.0, dez. 2009, ano 1. Disponível em: <http://www.seplag.pe.gov.br/web/idd/ilha-de-deus-informativos>. Acesso em 29 de jul. de 2017.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel; Fapesp, 1997.

ROSA, Marcos L. **Microplanejamento práticas urbanas criativas: microplaning urban creative practices**. Brasil, Editora de Cultura, 2011.

SILVA, Fernando Fernandes da. **As cidades brasileiras e o Patrimônio Cultural da Humanidade**. 2. ed. São Paulo: Peirópolis: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

REIS, Tatiana Francischini Brandão dos; ATAÍDE, Ruth Maria da Costa. Reestruturação urbana da franja litorânea da via costeira, Natal/RN. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades/ National Journal of Cities Management**, Tupã SP, v. 03, n. 19, pp. 70-88, 2015. Acesso em: 29 de mar. 2020. Online Disponível em: http://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/gerenciamento_de_cidades/article/view/1046/1070.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura Urbana 116, 118, 122, 126

Análise Espacial 13

Arborização Urbana 24, 63, 65, 66, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 84, 85, 86, 87

Áreas Verdes 5, 21, 36, 37, 41, 42, 60, 63, 64, 65, 75, 82, 87, 101, 117, 162, 171, 195, 241

Assentamentos Sustentáveis 219

C

Calçada 79, 267, 276, 278, 291

Cambio Climático 30, 31, 37, 61

Caminhabilidade 259, 267, 269, 270, 272, 276, 278, 289

Cidade 5, 6, 7, 9, 10, 12, 13, 16, 17, 18, 22, 64, 65, 66, 67, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 81, 84, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 101, 103, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 117, 118, 120, 121, 123, 124, 125, 129, 130, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 159, 160, 161, 162, 163, 166, 167, 168, 171, 172, 173, 174, 175, 184, 185, 186, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 210, 212, 213, 215, 217, 231, 234, 235, 236, 237, 240, 241, 242, 243, 247, 248, 250, 255, 259, 260, 264, 265, 267, 268, 269, 270, 276, 278, 280, 281, 282, 283, 284, 286, 287, 289, 290, 291, 292, 294, 295, 296, 297, 299, 301, 303, 307, 308

Cidade-Jardim 159, 160, 162, 171

Comunidades Alternativas 219, 226, 232

Comunidades Intencionais 219, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 229, 231

Convívio Social 105, 188, 279, 280, 285, 286, 291

Crescimento Urbana 102

Cultura da Sustentabilidade 219

D

Desenvolvimento Sustentável 1, 3, 4, 6, 8, 9, 10, 12, 86, 177, 224, 225, 231, 288, 294

E

Ecologia de Paisagens 13

Ecologia Urbana 116, 120, 121, 123, 125

Escola Sem Muros 234, 235, 236, 238, 240, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 251, 258, 260, 261, 262, 263, 264

Espaços Públicos 27, 84, 88, 89, 91, 92, 93, 97, 98, 100, 101, 204, 264, 267, 268, 269, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 288, 289, 290, 291, 292

Evolução Urbana 10, 129, 144

F

Fragmentação Espacial 13, 15, 27

G

Gestão Urbana 113, 291, 296, 297, 298, 300, 303, 307

H

História Urbana 176

I

Infraestrutura Religiosa Católica 145, 147, 153, 154, 155

Infraestrutura Verde 13, 14, 16, 21, 22, 24, 27, 28

L

Legislação Ambiental 15, 102

legislação Urbanística 102, 104, 109, 113

Lugar Público 279

M

Mobilidade Ativa 267, 269, 270, 272, 274, 276, 278

Morfologia Urbana 28, 63, 65, 88, 102, 103, 105, 107, 159, 160, 161, 173, 174, 186

O

Ocorrências Urbanas 102, 103, 105, 106, 107, 108

P

Paisagem 13, 14, 15, 16, 18, 19, 21, 22, 23, 27, 28, 61, 65, 71, 112, 117, 119, 120, 121, 125, 127, 137, 162, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 203, 205, 253, 263, 281, 283, 293, 301

Paisaje Cultural 30, 32

Participação Social 90, 93, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 306, 307

Patrones de Localización 145, 151

Pedestre 5, 11, 12, 213, 267, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 276, 278

Percepção 63, 71, 75, 87, 88, 91, 93, 98, 99, 100, 123, 124, 177, 178, 248, 253, 255, 259, 264, 270

Planejamento Urbano 5, 6, 64, 101, 102, 103, 104, 105, 110, 113, 116, 124, 125, 199, 240, 279, 282, 288, 291, 300

Políticas Públicas 1, 3, 4, 8, 11, 90, 105, 192, 240, 264, 282, 291, 296, 297, 298, 303, 304, 305
Práticas Urbanas Criativas 114, 279, 282, 283, 284, 286, 287, 289, 291, 293, 294
Processamento de Imagens 13
Processo de Projeto 233, 234, 260
Projeto Urbano 98, 161, 187, 191, 200, 201, 298

Q

Qualidade do Espaço Urbano 203, 205, 210, 267

R

Reconversão 187, 191

Resiliência Urbana 116, 118, 123

S

Serviços do Ecossistema 116, 117, 118, 121, 122, 125

Sistema Viário 5, 11, 15, 72, 170, 173, 195, 198, 203, 205, 210, 212, 215

T

Trama Urbana 47, 141, 145, 146, 149, 152, 157

U

Urbanismo 1, 3, 4, 5, 6, 9, 11, 12, 13, 16, 28, 36, 61, 63, 101, 114, 129, 139, 142, 145, 159, 163, 167, 171, 175, 188, 190, 194, 195, 196, 197, 199, 201, 202, 203, 212, 213, 216, 217, 219, 221, 229, 230, 231, 234, 265, 267, 278, 284, 286, 287, 288, 291, 293, 294, 296, 307, 309

Urbanização 1, 3, 4, 7, 10, 11, 15, 18, 64, 67, 106, 112, 116, 117, 118, 130, 139, 143, 193, 196, 241

V

Vegetação 13, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 72, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 87, 106, 111, 114, 163, 173, 195, 272, 276, 278

ARQUITETURA E URBANISMO: ABORDAGEM ABRANGENTE E POLIVALENTE 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

ARQUITETURA E URBANISMO: ABORDAGEM ABRANGENTE E POLIVALENTE 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 